

## MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

---

### **Professor Ms. Paulo Pereira**

*Cientista social formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em integração europeia - Estudos Europeus - pela Universidade RWTH-Aachen. Doutorando pelo Instituto de Ciência Política da Universidade RWTH-Aachen.*

### RESUMO

Este artigo aborda o debate internacional sobre o entrelaçamento entre migração internacional e desenvolvimento com base em dados sobre movimentos migratórios, remessas financeiras e proposta para políticas governamentais, disponibilizados por organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização Internacional para Migração, o Banco Mundial e a União Europeia, pretende-se investigar o potencial e o real impacto do fomento ao desenvolvimento a partir do engajamento dos migrantes. Também estudos específicos, sejam livros ou artigos sobre o fenômeno migratório, foram utilizados para resumidamente esclarecer suas causas e conseqüências. As propostas para o fomento do desenvolvimento com auxílio dos migrantes elaboradas pela União Europeia são apresentadas como exemplos.

O incentivo do entrelaçamento entre migração internacional e ajuda ao desenvolvimento é apoiado por diferentes instituições internacionais, porém há uma série de críticas à sua realização. Temas como comércio justo para melhor acesso ao mercado mundial aos países em desenvolvimento são brevemente discutidos na conclusão deste artigo.

Palavras-chaves: Migração internacional – migração – ajuda ao desenvolvimento – desenvolvimento.

## ABSTRACT

This article is concerned with the links between international migration and economic development. Based on official datum available at international organizations as United Nations, International Organization for Migration, Worldbank as well as at the European Union about migration streams, remittances and migration and development policy, this article aims debating the real and potencial effects the links between international migration and development based on the participation of migrants. Studies and articles about migration were consulted to explain briefly its cause and effect. The EU's proposal to implement the links between migration and development set a example to this mean. Many international organizations support policy, which are committed to push the role of migration to the development, although there are critic about its implementation. Topics as fair handel and consequently better condition to the development countries to take part in the international markt are at the conclusion shortly debated.

Keywords: International migration – migration – development aid – development

## INTRODUÇÃO

O fomento ao desenvolvimento em todos os países do mundo desafia os governos locais, bem como a comunidade internacional. Duas pré-condições para a realização de políticas de desenvolvimento são o financiamento, e o recrutamento de recursos humanos dos setores fundamentais e de ponta - saúde e educação; informática e engenharia, respectivamente. Sem esses dois elementos, toda e qualquer política de desenvolvimento está comprometida. Tal desafio ocorre mais acentuadamente em países em desenvolvimento, devido particularmente à escassez de recursos financeiros. Essa problemática, por sua vez, reflete-se na capacidade desses países investirem na formação de recursos humanos e, por fim, na sua contratação.

O desenvolvimento é um tema de interesse de toda comunidade internacional, pois contribui para diferentes fins, sobretudo para o

bem-estar de toda a humanidade. Os países industrializados possuem desde a década de 60 do século passado diferentes programas de ajuda e cooperação para o fomento do desenvolvimento voltados para os países em desenvolvimento, levados a cabo por agências específicas. Exemplos de agências de cooperação são USAID<sup>1</sup> (Agência Estadunidense para a Cooperação Internacional); EuropeAid<sup>2</sup> (Serviço de Cooperação da União Européia); JICA<sup>3</sup> (Agência de Cooperação Internacional Japonesa); e AusAID<sup>4</sup> (Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional). Essa política tem por base apoiar o estado de direito, o respeito aos direitos humanos, a estabilidade política e a elaboração de uma ordem jurídica em favor da economia de mercado. Países em desenvolvimento também possuem este tipo de política. Apontamos como exemplo o Brasil com a ABC<sup>5</sup> (Agência Brasileira de Cooperação), que fomenta a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD). Todas essas agências têm em comum a parceria internacional como elemento chave do desenvolvimento.

No quadro das instituições internacionais, o tema do desenvolvimento integra, desde 1948<sup>6</sup>, a agenda da ONU, instituição que promove diferentes conferências mundiais para discutir o assunto. Como exemplo citamos a Conferência sobre População e Desenvolvimento, a qual ocorreu pela primeira vez em 1954 (ALVES, 2001, p. 152). Com o intento de superar a pobreza e a desigualdade, temas diretamente ligados ao desenvolvimento, existe desde 2000 o programa Objetivos do Milênio<sup>7</sup>, visando à realização de oito objetivos até o ano de 2015.

Ainda que os programas de fomento ao desenvolvimento existam desde longa data, o desenvolvimento continua a desafiar a comunidade internacional. O montante de recursos para tais programas de cooperação mostra-se insuficiente para financiar as demandas e necessidades dos países mais pobres (Ver BERICHT DER INTERNATIONALEN KONFERENZ ÜBER ENTWICKLUNGSFINANZIERUNG, 2002). Além disso a imigração de profissionais qualificados, particularmente de áreas chaves como educação e saúde, é um problema central. Os investimentos na profissionalização e formação de especialistas são muitas vezes perdidos com a migração desses profissionais. A fuga de cérebros ou *brain*

*drain*, conforme este fenômeno é conhecido, é uma questão central na agenda dos países em desenvolvimento. (HAN, 2005, p. 31)

A tônica sobre os efeitos negativos dominou os debates sobre migração internacional nos anos 60 e 70 (MUNDT, 2005, p. 368). Atualmente, o que se discute é como a migração pode ser um dos elementos impulsionantes do desenvolvimento, ao invés de inibidor. Dois temas ganharam importância e visibilidade nos últimos anos neste sentido: o primeiro é a contribuição financeira dos migrantes para seus familiares em seus países de origem e o segundo é a potencial contribuição intelectual e/ou técnica dos migrantes também para seus países de origem.

## POPULAÇÃO MUNDIAL E MIGRAÇÃO

Segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM), cerca de 192 milhões de pessoas vivem hoje fora de seus países de nascimento. A população mundial é atualmente de cerca de 6,7 bilhões de pessoas (NATIONS UNIES, 2007). Isto significa que de cada 35 habitantes do planeta um não vive em seu país de origem. Apesar desse número significar apenas 3% da população mundial, essa quantidade de migrantes tem diferentes impactos nos diferentes países do mundo. A migração pode contribuir concretamente para o desenvolvimento socioeconômico dos países de origem dos migrantes e para os países receptores. Essa conclusão pode ser confirmada ao se observar os fluxos migratórios e seu impacto no mundo.

Nos séculos XX e XXI as migrações internacionais ganharam uma dimensão fundamental para as relações entre os diversos estados nacionais, pois a mobilidade tornou-se um fator central para o desenvolvimento (TULLY, 2007, p. 29). As trocas comerciais, a mobilidade do capital, a prestação de serviços e a mobilidade humana são as bases do mundo capitalista. A livre circulação de recursos é um elemento central do desenvolvimento capitalista, como afirma a Teoria do Sistema Mundial elaborada pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (HAN, 2006, p. 210). A mobilidade humana viabiliza a troca de experiências, idéias e conhecimentos. Migrar, seja por tempo determinado ou indeterminado, é assim um elemento fundamental e faz parte da

competição global por talentos (DAYTON-JOHNSON, 2007, p. 26). Deste modo, o tema ocupa um lugar central na pauta de políticas nacionais e na agenda internacional.

O progresso das tecnologias da informação e do transporte conjugados à sua maior acessibilidade facilitaram e impulsionaram este fenômeno, particularmente a partir da década de 1970 (CASTELL, 2001, p. 57). Ao mesmo tempo, o progresso tecnológico provocou a busca por migrantes qualificados e altamente qualificados, comprovando que há um tipo ideal<sup>8</sup> de migrante, o que desfavorece os países mais pobres com cidadãos com nenhuma ou baixa qualificação ou ainda com sistemas de aprendizagem inadequados para a utilização das tecnologias de ponta.

Migração, como sublinha o Relatório da Comissão Internacional para Migração, envolve diversas questões ligadas à identidade nacional, à igualdade, à justiça social e à universalidade dos direitos humanos (COMISSION INTERNACIONAL SOBRE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES, 2005, p. 10). Fluxos migratórios acentuados podem ter impacto decisivo, por exemplo, em eleições, seja devido à recusa da população nativa à recepção de migrantes, o que leva à ascensão de partidos políticos<sup>9</sup> ou de políticos que se pronunciam claramente contra a imigração, seja pela participação de migrantes como eleitores, promovendo uma nova composição dos parlamentos e dos governos e, por conseguinte, a redefinição da agenda local e/ou nacional (Ver BROUARD, 2006). Não obstante, o tema traz consigo, quase sempre, uma forte carga de emoção.

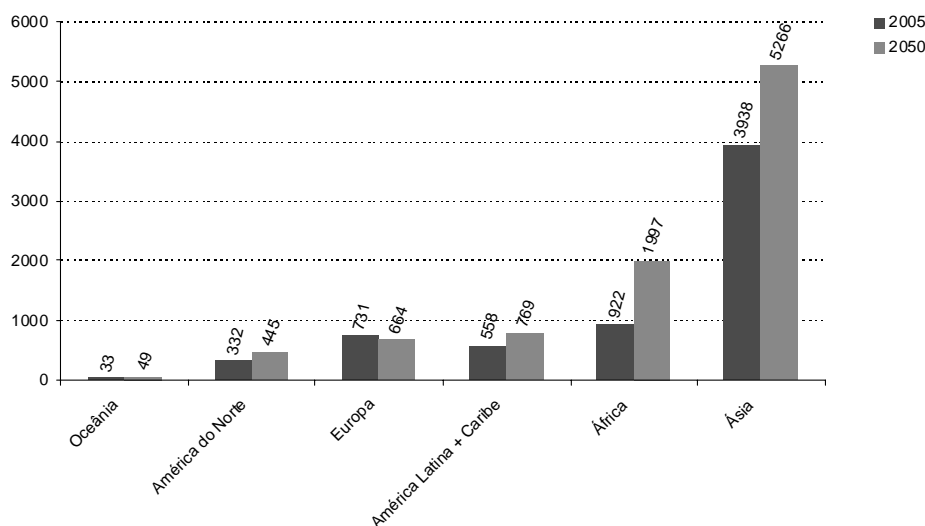
Dado que migração internacional se inicia em um determinado país e se concretiza em um terceiro, seu gerenciamento exige pelo menos a cooperação entre dois Estados soberanos, o que envolve uma infinidade de questões complexas, as quais podem ser classificadas em nacionais e internacionais. Entre os temas internacionais estão, por exemplo, o gerenciamento das informações sobre migração internacional, o combate ao tráfico de pessoas, a segurança, neste caso em particular o combate ao terrorismo, entre outros. Entre os temas nacionais pode-se citar a política migratória, a integração dos migrantes no mercado de trabalho e na sociedade, o direito ao reagrupamento familiar, o combate à discriminação, o acirramento da concorrência no mercado de trabalho, os custos

para os cofres públicos para a recepção de migrantes, a perda de mão-de-obra para os países de origem e a segurança interna, entre outros temas.

No cenário mundial, aponta-se a necessidade de um melhor gerenciamento das migrações internacionais. Atualmente, a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, tanto dos países de origem como dos países de destino, merece grande atenção de muitas organizações como, por exemplo, a ONU, o Banco Mundial e a União Européia (UE), tendência revelada pelas inúmeras publicações, estudos e grupos de trabalhos dessas instituições. O tema é abordado, por exemplo, pelo Grupo Migração Global (GMG)<sup>10</sup>, cujos trabalhos se dão dentro do quadro do Sistema de Atividades das Nações Unidas. Dez instituições internacionais constituem o GMG, entre elas o Banco Mundial, a OIM e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). A diversidade das instituições constituintes do GMG revela a interdisciplinaridade do tema.

A questão a colocar é o que provoca os fluxos migratórios. As suas causas tanto se encontram nos países em desenvolvimento como também nos países desenvolvidos. De um lado, os países industrializados têm uma grande demanda por profissionais qualificados e não-qualificados. Essa demanda nem sempre pode ser satisfeita por sua população. Prognósticos da ONU mostram que o crescimento da população mundial será desigual nas próximas décadas. Os países ou regiões mais industrializadas terão um desenvolvimento demográfico claramente menor que as regiões menos industrializadas, o que poderá acentuar a demanda por mão-de-obra migrante. Ao mesmo tempo, a longevidade observada nos países mais ricos aumentará, provocando um crescimento significativo do número de idosos no total da população. Paralelamente, o número de jovens nesses países também diminuirá. Por outro lado, os países em desenvolvimento terão uma grande pressão no seu mercado de trabalho com o aumento de sua população em idade ativa, sobretudo nos continentes africano e asiático (NATIONS UNIES, 2007). O gráfico abaixo apresenta dados da população mundial para 2005 e seu prognóstico para 2050.

Gráfico 1. População por continente em 2005 e prognóstico para 2050 (em milhões)



Fonte: World population prospects: the revision 2006 (Projeção para 2050: cenário mediano)

Migração pode contribuir tanto para as demandas dos países industrializados como para aqueles em desenvolvimento. Dois exemplos são o combate ao desemprego em países em desenvolvimento e a provisão de mão-de-obra para o setor de saúde dos países desenvolvidos. Para tal fim há a necessidade de um gerenciamento conjunto entre as partes envolvidas para fomentar e regulamentar esse tipo de política.

## A DIMENSÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

O fenômeno migratório tem impactos sobre toda a sociedade. Porém sua intensidade e formas são distintas. Sua dinâmica possui características próprias, seja no que diz respeito às tendências dos fluxos migratórios, seja no que é relativo ao número de migrantes, entre outros; o que a torna de difícil mensuração. Seus fluxos são influenciados por diferentes fatores, como as crises políticas e

econômicas, sendo cada vez mais devido à escassez de recursos naturais elementares à vida, como água; mas também pela conjuntura internacional, aqui nomeadamente as guerras, como as do Iraque e do Afeganistão. Neste último caso, trata-se de asilantes. Também a distância geográfica e a conexão social dos potenciais migrantes são dois elementos que influenciam os fluxos migratórios (BIRSL, 2005, p. 19).

Para a mensuração da dimensão e dos impactos deste fenômeno é de vital importância a coleta de informações precisas e, em particular, sua codificação em informações estatísticas. Elas auxiliam na elaboração de políticas públicas específicas, as quais tanto podem combater os efeitos negativos como também otimizar aqueles positivos. Neste contexto, a ONU fomenta a harmonização da coleta e a organização de dados sobre migração internacional. (Ver LEMAITRE, 2005)

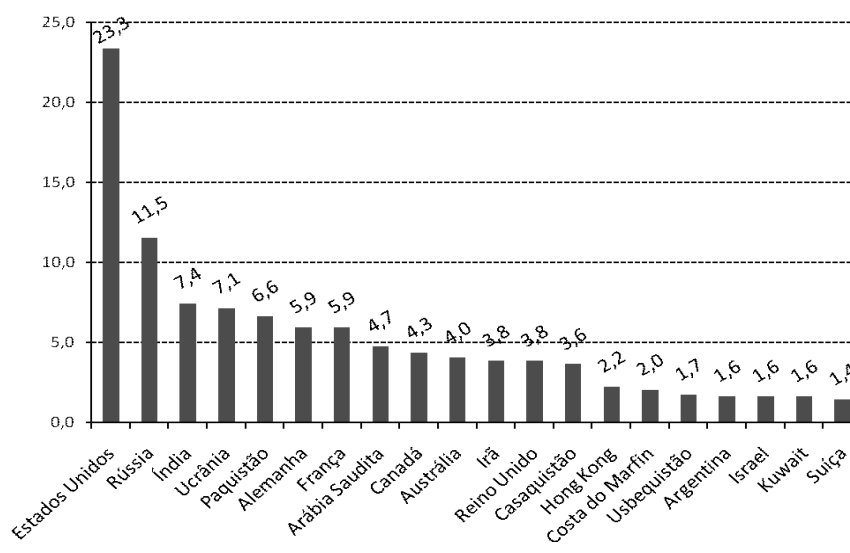
O gerenciamento de informações sobre migração é relativamente recente e apresenta diferentes problemas. Um deles é relativo ao modo de compará-las. Existem, por exemplo, diferentes métodos para se classificar um migrante. Alguns países enquadram como migrantes aqueles que estão em seu território há mais de três meses; outros, apenas a partir de um ano. Segundo recomendações da ONU, migrantes são classificados em dois grupos: de longa duração e de curta duração. Os de longa duração são aqueles que residem fora de seus países de origem por um período superior a um ano; já os de curta duração, de pelos menos mais de três meses e de menos de um ano. Porém esta recomendação não é seguida por todos os países (LEMAITRE, 2005, p. 2). Um segundo exemplo é relativo à obtenção da nacionalidade para filhos e filhas de migrantes. Alguns países baseiam sua lei no direito de sangue – *Jus sanguinis* – assim privilegiando a ascendência, ao contrário do direito de solo – *Jus soli* – o qual privilegia o local de nascimento. Assim, há filhas e filhos de migrantes que são considerados migrantes mesmo tendo nascido no país receptor, os quais se nascidos em outros países seriam considerados nativos. Tais diferenças têm significativo impacto sobre as informações nesta área. Assim, a leitura de dados sobre migração deve sempre ser feita com muito cuidado. Outra informação a citar é a formação de blocos econômicos com regimes próprios de livre circulação de pessoas como a da UE, que beneficia os cidadãos dos países-membros (BEUTLER, 1993, p. 311). Eles



têm o direito de circular livremente, habitar e trabalhar em qualquer um dos países-membros.

A distribuição dos migrantes no mundo nos últimos vinte anos sofreu uma drástica mudança. Enquanto em 1960 cerca de 75 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem e em um país em desenvolvimento, em 2005 esse número atingiu 191 milhões. Isto significa um aumento de mais de 2,5 vezes o número de migrantes em relação a 1960. Especialmente entre 1980 e 1990 ocorreram grandes fluxos migratórios. Nesse período, o número de migrantes aumentou de 99 milhões para 155 milhões. Por fim, os migrantes se dirigiram mais intensamente aos países industrializados. Deste 1995 a maior parte deles vive em um desses países e não mais em países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2005, p. 1). Contribuíram decisivamente para o drástico crescimento dos fluxos migratórios as crises e o colapso do bloco comunista (MANSOOR, 2007, p. 3). Os gráficos abaixo listam os vinte principais países receptores de migrantes nos anos de 1990 e 2005.

Gráfico 2. Os vinte principais destinos de migração internacional em 1990 (em milhões)

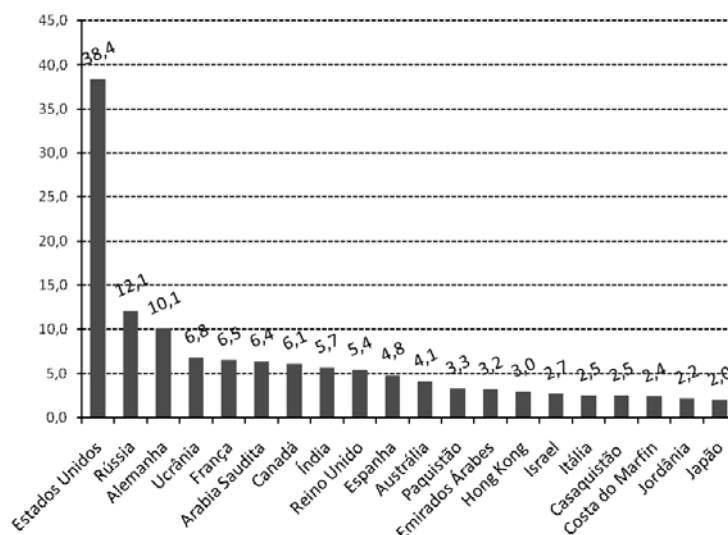


Fonte: United Nation. Trends in total migrant stock: the 2005 revision. S. 3.

Os Estados Unidos atraem desde longa data grande número de migrantes. Essa situação não se modificou nos últimos quinze anos. Pelo contrário, esse número aumentou extremamente, passando de 23,3 milhões em 1990 para 38,4 milhões em 2005. Um fato novo neste contexto é a ascensão de países do sul da Europa e membros da União Européia como destino migratório, sobretudo Espanha e Itália. Este fenômeno é motivo de intensos debates nesses países e na União Européia, na qual a política migratória é compartilhada entre os países-membros e as instituições comunitárias desde o Tratado de Amsterdam de 1999 (BIRSL, 2005, p. 117).

Os países europeus tradicionalmente receptores de migrantes, como a França, o Reino Unido e a Alemanha, continuam a ser destino importantes. A Alemanha observou, ao contrário da França e da Inglaterra, um crescimento muito significativo no número de migrantes, aumentando de 5,9 milhões em 1990 para 10,1 milhões em 2005. Essas mudanças envolvem diversas dinâmicas que escapam aos limites deste artigo.

Gráfico 3. Os vinte principais destinos de migração internacional em 2005 (em milhões)



Fonte: United Nation. Trends in total migrant stock: the 2005 revision. S. 3.

De todos os países da América Latina, apenas a Argentina estava entre os vinte principais destinos em 1990. Hoje nenhum país latino-americano é citado. Dos países africanos, apenas a Costa do Marfim é mencionada tanto em 1990 como em 2005. Ao observar o gráfico 3 pode-se facilmente constatar que todos os membros do G8<sup>11</sup> são diretamente destinos de fluxos migratórios, ao contrário do gráfico 2, no qual apenas cinco deles aparecem. Essa observação confirma a tendência mundial na qual os fluxos migratórios se dirigem mais acentuadamente para os países industrializados. Este fato coloca o tema da migração na agenda internacional com maior visibilidade, o que é profundamente impactante nas relações entre os países receptores e os de origem.

### **MIGRAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: *BRAIN DRAIN* OU *BRAIN GAIN***

Uma das principais questões no atual debate sobre migração é seu papel para o desenvolvimento, sobretudo econômico. Alguns exemplos de países de migração clássica confirmam esse entrelaçamento. Este é o caso dos Estados Unidos – que despontam como o modelo principal –, da França, da Alemanha e do Reino Unido. Também o desenvolvimento de países da América do Sul foi impulsionado por migrantes. Para os países produtores de petróleo do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, a migração tem também uma grande importância (LUCAS, 2005, p. 36). O sociólogo Robert E. Park sublinha a importância da migração como fator chave do desenvolvimento para a coletividade. Na sua opinião, ao fomentar a cooperação entre a humanidade, os movimentos migratórios favorecem o progresso; esse processo, porém, é marcado por conflitos (HAN, 2005, p. 21). Neste sentido a elaboração de uma política migratória pode ser de grande valia para otimizar o entrelaçamento entre migração e desenvolvimento.

Migração pode contribuir para diferentes fins no que diz respeito às políticas de um Estado como, por exemplo, povoamento de uma região, atração de mão-de-obra tanto qualificada como não-qualificada, atração de cientistas, desenvolvimento de um determinado setor, entre outros fatores. Os migrantes podem ser classificados entre desejados e indesejados. Os desejados, que são

o tipo ideal do migrante, são atualmente os qualificados e os altamente qualificados. Profissionais da área médica, da área tecnológica (IT, engenharia) e do setor de serviços (transporte, hotelaria) estão neste grupo. Migrantes indesejados são os não-qualificados, asilantes e ilegais, por exemplo (CARLING, 2007, p. 2). Em resumo, política migratória serve ao processo seletivo.

A atração de migrantes qualificados faz parte da estratégia dos países desenvolvidos como, por exemplo, os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra. Este dado é confirmado ao se observar o número de médicos africanos que vivem nos Estados Unidos e na Inglaterra. Apenas nos Estados Unidos vivem cerca de 21 mil médicos nigerianos (MUNDT, 2004, p. 368).

Atualmente é discutido em que medida a migração contribui para o desenvolvimento ou o freia. *Brain drain* ou *brain gain* é a questão central que permeia todas as discussões sobre o tema. *Brain drain* ou roubo de cérebro significa a perda de cidadãos que poderiam colaborar para o desenvolvimento do país, e *brain gain* indica o ganho de competência para os cidadãos que migram.

A migração de profissionais qualificados dos países em desenvolvimento é razão de crítica. A perda dessa mão-de-obra pode ser um fator de inibição do desenvolvimento. A política de atração desses profissionais praticada por alguns países desenvolvidos se contradiz com a política de ajuda ao desenvolvimento. Hoje, porém, um novo conceito ganha força: *Brain Gain*. Ele indica que a migração contribui para o ganho de competências daqueles que migram.

Para que o ganho de novas competências favoreça os países de origem dos migrantes pressupõe-se a migração circulatória e o engajamento dos migrantes. Circulação migratória designa a mobilidade de migrantes entre seu país de origem e o país de recepção. Em sua estada em suas pátrias, os migrantes podem aplicar seus novos conhecimentos e habilidades obtidos nos países receptores, em benefício do desenvolvimento de suas comunidades. Seu engajamento pode ocorrer de diferentes formas, como no fortalecimento da democracia, na participação de grupos políticos, no apoio à educação ou até mesmo em alguma modalidade de investimento direto. Essa estratégia poderia minimizar os efeitos do roubo de cérebro (ANGENENDT, 2007, p. 2).

Esta estratégia exige, por sua vez, uma intensa cooperação entre os países envolvidos seja de forma bilateral, seja a partir de projetos fomentados por organizações internacionais. Esse engajamento pode ser otimizado a partir de políticas públicas que incentivem a participação dos migrantes tanto nos países receptores como nos países de origem. Trocas de informações sobre movimentos migratórios que retratem o perfil profissional dos migrantes podem ser de grande auxílio.

Outro benefício da migração internacional é a transferência de tecnologia. Migrantes podem ajudar na inserção de novas tecnologias, como metodologias de trabalho em seus países de origem. Essa ação pode colaborar para o desenvolvimento. Por fim, há a formação de redes sociais importantes para a troca de idéias, informações e conhecimentos entre os povos, as quais são conhecidas como redes transnacionais sobretudo para cientistas. (MUNDT, 2005, p. 371)

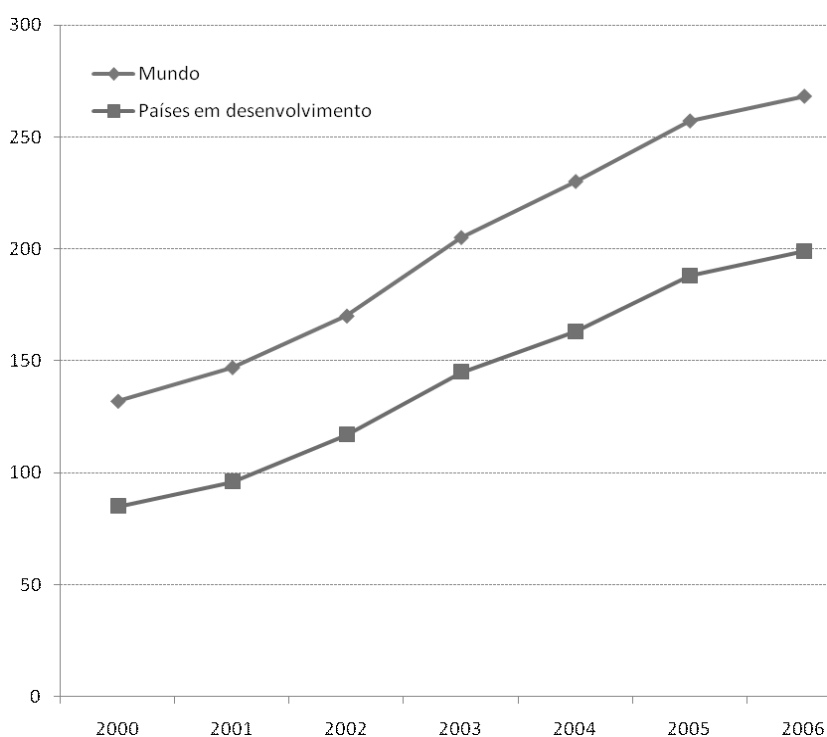
## REMESSAS FINANCEIRAS

Uma das dimensões mais concretas da migração internacional são as remessas financeiras dos migrantes para seus países de origem. Elas contribuem para o aumento do poder de compra das famílias dos migrantes e têm um efeito em cadeia para toda a comunidade envolvida. Para se ter uma real noção do significado dessas remessas para os países receptores, deve-se saber sua participação em relação ao produto interno bruto (PIB). Para muitos países, seu impacto no PIB é muito significativo, conforme mostram os dados do Banco Mundial. Exemplos desta caso são Moldávia (36%), Albânia (15%), Honduras (26%) ou a Guiana (24%).<sup>12</sup> Sabe-se também que as remessas de migrantes superam todo o orçamento dos fundos de ajuda ao desenvolvimento, financiado pelos países industrializados. Os recursos dedicados aos programas de ajuda e cooperação atingiram em 2007 cerca de U\$S 103,7 bilhões, segundo informações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008).

Dados do Banco Mundial mostram que as remessas financeiras de migrantes aumentaram significativamente ao longo do tempo (RATHA, 2003, p. 157). Essas remessas cresceram 107% entre 2001

e 2006, aumentado de 85 bilhões para 199 bilhões de dólares para os países em desenvolvimento (Ver MOHAPTRA, 2006). A figura abaixo apresenta o volume total das remessas financeiras de migrantes emitidas para todos os países em desenvolvimento.

Figura 1: Evolução do fluxo global de remessas financeiras de migrantes entre 2000 e 2006 (bilhão dólares)

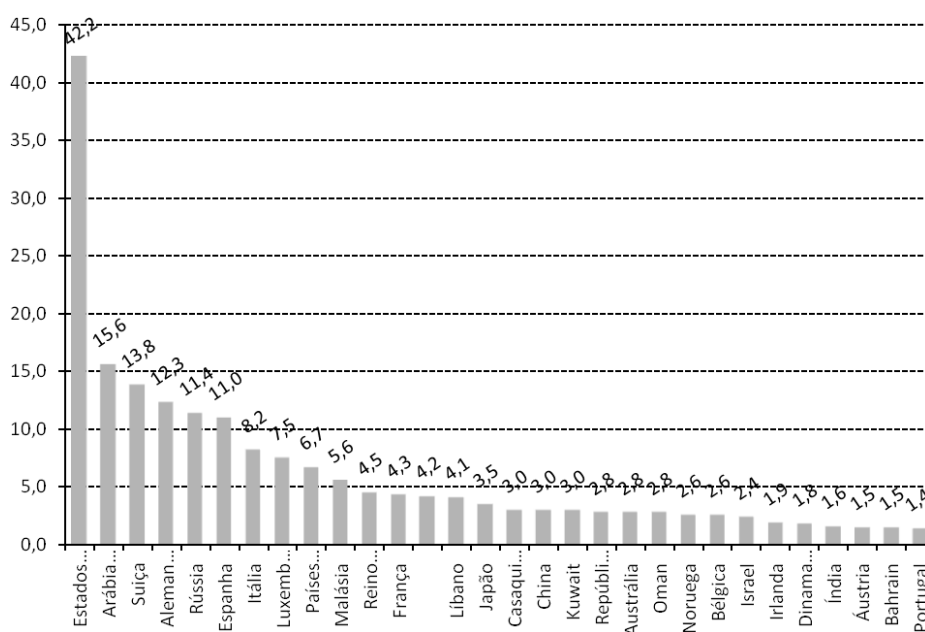


Fonte: MOHAPATRA; S: Remittance Trends 2006. P. 1.

As remessas são, via de regra, constantes e confiáveis em comparação aos investimentos estrangeiros diretos ou mesmo à ajuda ao desenvolvimento. Por fim, as remessas de migrantes não estão sob a influência de crises das mais diferentes origens. (COMISSION INTERNACIONAL SOBRE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES, 2005, p. 27)

O gráfico abaixo apresenta os primeiros 30 países emissores de remessas financeiras. Os Estados Unidos lideram esse volume. Porém, quando somados os valores dos 13 países-membros da UE, citados no gráfico, seu total atinge US\$ 66,5 bilhões e esse bloco torna-se a primeira região emissora de remessas. Isso destaca a posição da UE neste contexto. Importante também são as remessas de alguns países asiáticos.

Gráfico 4: Trinta primeiros países emissores de remessas financeiras internacionais em 2006 (em bilhões/US dolar)

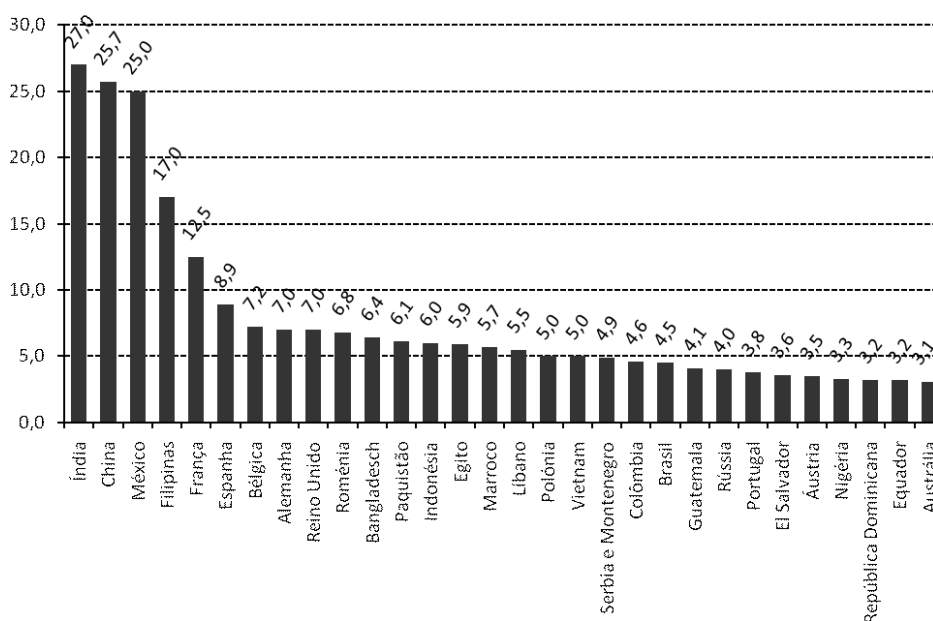


Fonte: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Top10.pdf>

Os principais países receptores desses recursos não são apenas países em desenvolvimento. Ainda que os quatro primeiros países do gráfico 5 sejam Índia, China, México e Filipinas, ou seja, países em desenvolvimento, nove dos trinta países mencionados são membros da UE. Caso sejam somados seus valores, a UE atinge um montante muito significativo de 61,7 bilhões de dólares. Isso

indica que as remessas internacionais de migrantes não são apenas de alta importância para os países em desenvolvimento. Obviamente, é preciso considerar seu valor em relação ao PIB dos países.

Gráfico 5. Trinta primeiros países receptores de remessas financeiras internacionais em 2007 (em bilhões/US dólar)



Fonte: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Top10.pdf>

Em relação à América Latina, sete países são citados. O Brasil ocupa o segundo lugar entre os países da região, com um valor de 4,5 bilhões de dólares, logo atrás da Colômbia. Esse valor significa quase três vezes mais o valor das remessas de 2000, que era de 1,6 bilhão para o Brasil.<sup>13</sup> Dados da OIM estimam que cerca de três milhões de brasileiros vivam em outro país.<sup>14</sup>

A questão relacionada a essas remessas financeiras é como otimizar-la para que possam contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento dos países receptores e sobretudo dos países em desenvolvimento.



## **Fomento do entrelaçamento entre migração e desenvolvimento**

O entrelaçamento entre migração e desenvolvimento pode contribuir significativamente para combater seus efeitos negativos tanto para os países de origem como para os países receptores. Ele pode, por fim, contribuir a longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico. O desafio está em como racionalizar e estruturar esta proposta.

A UE tem um papel pioneiro neste sentido. Em 1985 o atual Conselho da União Européia publicou uma resolução, a qual já sublinhava a necessidade de se fomentar a cooperação internacional em relação à migração (Ver CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA, 1985). Entre 2000 e 2007 foram publicadas diversas outras comunicações pela Comissão Européia, cujo objetivo é sugerir e fomentar a elaboração de uma política comum dos países-membros para o entrelaçamento entre migração e desenvolvimento.<sup>15</sup> Entre elas está a comunicação "Migração circular e as parcerias para a mobilidade entre a União Européia e países terceiros", publicada em 5 de maio de 2007. A UE responde assim ao apelo da ONU para que os países fomentem sua cooperação nesta área. (Ver COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS; 2006)

A política comum da UE para o fomento do desenvolvimento com a participação de migrantes baseia-se na conjugação de sua política de ajuda ao desenvolvimento através de sua política de cooperação e vizinhança, do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e também de sua política de cooperação com países da Ásia e da América Latina. Para o mesmo fim foi criado, em 2004, um fundo especificamente voltado para o tema, o Programa para Ajuda Financeira e Técnica para países terceiros na área de Migração e Asilo, cuja sigla é AENEAS. Este fundo foi dotado com cerca de 250 milhões de euros para o período de 2004 até 2008 (Ver AMSTBLATT DER EUROPÄISCHEN UNION, 2004)

A estratégia da UE é um exemplo bastante interessante para compreender a dimensão e as concretas possibilidades do entrelaçamento entre migração e desenvolvimento no contexto internacional. A cooperação da UE com países terceiros se baseia em acordos bilaterais, os quais prevêm o fomento do controle e a administração dos fluxos migratórios, o fomento ao engajamento

das comunidades migrantes na Europa para o apoio e financiamento do desenvolvimento em seus países de origem, o apoio de projetos de desenvolvimento e de investimentos de iniciativas de organizações de migrantes, o incentivo à migração circulatória, como também políticas de facilitação e barateamento de remessas financeiras. Todas essas iniciativas demandam o engajamento dos países da EU, assim como dos países terceiros. Cláusula base do acordo, porém não obrigatória, é a recepção de migrantes ilegais, os quais sejam expulsos tanto dos territórios dos países-membros da UE como dos países parceiros. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2002, p. 26)

### VANTAGENS DA COOPERAÇÃO

As principais vantagens da cooperação entre países no que diz respeito à migração internacional são a possibilidade de otimizar e racionalizar as políticas para regulação e controle dos fluxos migratórios, como também colaborar no combate à migração ilegal.

Uma outra vantagem está na definição do perfil do migrante desejado. Os países receptores podem informar a seus países parceiros que tipo de profissional desejam receber. Com essa informação os países de origem podem decidir se desejam incentivar a emigração de tais profissionais ou não. Para além pode-se negociar os direitos e deveres dos migrantes antes da partida dos mesmos. Assim, aqueles que deixam o país sabem previamente das condições para migrar. É possível também acordar a contribuição social dos migrantes. Questões como seguro saúde, previdência e seguro-desemprego podem ser detalhadamente estruturadas. Finalmente, assegura-se o retorno do migrante para seu país de origem. Neste ponto, a migração circulatória pode se concretizar.

A cooperação também pode contribuir para a prevenção tanto da migração ilegal como do tráfico humano. Os governos podem ter agências próprias ou credenciadas para informar aos interessados sobre as possibilidades de migração legal. Essa medida auxiliaria os potenciais migrantes a avaliarem suas reais chances para migrar e se integrar no mercado de trabalho do país receptor. Um exemplo neste contexto é o Canadá, país que oferece um sistema de informação via internet bastante interessante, o qual auxilia os interessados em habitar naquele país.<sup>16</sup>

Entre os países em desenvolvimento, as Filipinas oferecem um bom exemplo de políticas públicas, as quais se conjugam à migração. Esse país conta com políticas específicas para o incentivo à migração de seus cidadãos. Essa política, além de ajudar a combater o desemprego no país, ata-se à remessa de recursos financeiros. O gráfico 5 mostra que o nível de transferências financeiras internacionais de migrantes filipinos atingiu cerca de 17 bilhões de dólares e significa 13% do PIB do país.<sup>17</sup> Esse valor coloca as Filipinas em quarto lugar entre os países que mais recebem recursos de migrantes. Se comparada tanto a população total filipina como seu número de migrantes com a população, por exemplo, da China e da Índia, tem-se a real dimensão e relação do significado da migração para as Filipinas. Esse país conta ainda com o apoio da UE através do AENEAS para o fomento do entrelaçamento das transferências financeiras e do desenvolvimento.<sup>18</sup> As Filipinas contam ainda com o *National Reintegration Center for Overseas Filipino Workers*<sup>19</sup> (centro de reintegração de trabalhadores filipinos emigrados), cuja função é manter os laços entre o país e seus cidadãos emigrados. Esse trabalho auxilia tanto a manutenção das relações entre migrantes e as Filipinas como o incentivo ao engajamento dos migrantes no desenvolvimento do país.

## CONCLUSÃO

Os debates sobre migração internacional indicam uma nova forma de se pensar este fenômeno. O volume das remessas financeiras dos migrantes destaca a sua importância. Porém, a contribuição intelectual dos migrantes para seus países de origem não pode ser negligenciada.

Ao contrário das remessas financeiras, a visibilidade do engajamento dos migrantes para o desenvolvimento de seus países de origem não é tão clara. Sua medição, ou seja, o grau de envolvimento de migrantes em projetos de desenvolvimento, exige métodos investigativos muito diferentes dos utilizados para as remessas. Enquanto as remessas financeiras se dão em boa medida entre membros familiares e exige uma ação isolada, o engajamento de migrantes para o apoio ao desenvolvimento exige grande capacidade de organização, seja nos países de recepção, seja nos

países de origem dos migrantes. Neste sentido, o papel das organizações de migrantes é de vital importância.

O volume das remessas financeiras pode ajudar a financiar o desenvolvimento. Sua canalização para esse fim depende em parte do controle de seus fluxos e valores, da concordância dos emissores para que o recurso seja utilizado com fim público como também do incentivo dos envolvidos para este fim. Associações de migrantes podem se tornar co-financiadoras de diferentes iniciativas combinadas à política de ajuda de desenvolvimento, por exemplo. Elas também podem se tornar investidoras.

Para o engajamento dos migrantes, programas governamentais podem ser decisivos. Esse engajamento, entretanto, depende em boa medida da garantia da estabilidade política e econômica em seus países de origem, ou seja, a previsibilidade é um elemento fundamental neste contexto. Assim o fomento e o apoio à democracia, como também a concepção de políticas econômicas tanto dos países em desenvolvimento como as determinações das instituições financeiras internacionais, são centrais para este fim. A cooperação entre os países é, por fim, a base para impulsionar projetos elaborados em parcerias com organizações de migrantes.

Esses projetos podem, a longo prazo, colaborar tanto para o desenvolvimento dos países mais pobres como para a diminuição da migração por motivos econômicos. Sobretudo os cidadãos menos favorecidos, ou seja, aqueles com menor grau de instrução, podem ser beneficiados por tais iniciativas.

O engajamento de migrantes em tais iniciativas contribui ainda para o controle de sua execução e para a otimização de seus resultados. Pode também incentivar a participação dos habitantes de sua comunidade nos projetos. De central importância é a possibilidade de diálogo entre esses migrantes e as instituições políticas locais, regionais e nacionais. Dado que as iniciativas podem ser levadas a cabo nas mais diferentes áreas, projetos de apoio e incentivo à participação política, por exemplo, seriam de grande contribuição para o processo decisório local.

Essa iniciativa não pode negligenciar, entretanto, os debates internacionais sobre os subsídios agrícolas vigentes na UE e nos Estados Unidos. Esses subsídios são nocivos ao comércio internacional e prejudicam sobretudo os países com economias de

base agrícola. Seu fim contribuiria diretamente para a geração de empregos nos países em desenvolvimento. Outro tópico importante é o controle da compra e venda de armamentos, tema de pouca visibilidade no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, José. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.
2. Amtsblatt der Europäischen Union. **Verordnung (EG) Nr. 491/2004 des Europäischen Parlaments und des Rates vom 10. März 2004 zur Einrichtung eines Programms für die finanzielle und technische Hilfe für Drittländer im Migrations- und Asylbereich (AENEAS)**, 2004. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/RECH\\_naturel.do](http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do) Acesso em: 23 out. 2007
3. ANGENENDT, Steffen. Circular migration: a sustainable concept for migration policy? **SWP Comments**, 1º jun. 2007. Disponível em: [http://swp-berlin.org/en/common/get\\_document.php?asset\\_id=4058](http://swp-berlin.org/en/common/get_document.php?asset_id=4058)>. Acesso em: 2 jan. 2008.
4. BIRSL, Ursula. **Migration und Migrationspolitik im Prozess der europäischen Integration?** Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2005.
5. BEUTLER, Bengt. **Die Europäische Union: Rechtsordnung und Politik**. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1993.
6. BROUARD, Sylvain; Tiberj, Vincent. Les tensions autour de l'immigration dans l'opinion: crispation et polarisation. Paris: **Centre de Recherche Politiques de Sciences Po**, 2006. Disponível em: [http://www.cevipof.msh-paris.fr/bpf/barometre/vague3/v3-synthese/SB\\_VT-rapport\\_BPF\\_V3.pdf](http://www.cevipof.msh-paris.fr/bpf/barometre/vague3/v3-synthese/SB_VT-rapport_BPF_V3.pdf)>. Acesso em: 10. out. 2007.

7. CARLING, Jørgen. European strategies for reducing „unwanted” immigration. **Danish Institute for International Studies**, Copenhagen, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.diis.dk/sw36130.asp>>. Acesso em: 30 out. 2007.
8. CASTELLS, Manuel. **Der Aufstieg der Netzwerkgesellschaft: das Informationszeitalter – Teil 1 der Trilogie**. Opladen: Leske + Budrich, 2001.
9. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Contribuição para a posição da União Europeia para o Diálogo de alto nível sobre migração e desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. **EURlex**, Bruxelas, 14 jul. 2006. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/RECH\\_naturel.do](http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)>. Acesso em: 10 set. 2007.
10. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. Integrar as questões ligadas à migração nas relações da União Europeia com países terceiros. **EURlex**, Bruxelas, 3 dez. 2002. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/RECH\\_naturel.do](http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)>. Acesso em: 19 set. 2007.
11. CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. Orientações para uma política comunitária de migrações. **EURlex**, 16 jul. 1985. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31985Y0726\(04\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31985Y0726(04):PT:HTML)>. Acesso em: 2 dez. 2007.
12. DAYTON-JOHNSON, Jeff et al. **Gaining from migration: toward a new mobility system**. Paris: OECD Development Centre, 2007.
13. COMMISSION INTERNACIONAL SOBRE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES. **Las migraciones en un mundo interdependiente: nuevas orientaciones para actuar**, out. 2005. Disponível em: <<http://www.gcim.org/mm/File/Spanish.pdf>>. Acesso em: 1. set. 2007.

14. HAN, Petrus. **Soziologie der Migration**. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2005.
15. HAN, Petrus. **Theorien zur internationalen Migration**: ausgewählte interdisziplinäre Migrationstheorien und deren zentralen Aussagen. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2006.
16. LEMAITRE, Georges. La comparabilité des statistiques des migrations internationales: problèmes et perspectives. **Cahiers statistiques OCDE**, Paris, n. 9, p. 1 – 8, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/43/16/35754826.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2007.
17. LUCAS, Robert. **International migration and economic development**: lessons from Low-Income Countries. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.
18. MANSOOR, Ali, QUILLIN, Bryce (Org.). Migration and remittances: Eastern Europe and the former Soviet Union. **The International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank**. Washington DC, 2007. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTECA/Resources/257896-116785638955/Migration\\_FullReport.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTECA/Resources/257896-116785638955/Migration_FullReport.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2007.
19. MOHAPATRA, Sanket; DILIP, Ratha; XU, Zhimei. Remittance trends 2006. **Migration and Development Brief 2**, nov. 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/MigrationDevelopmentBriefingNov2006.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2008
20. MUNDT, Hans. Entwicklungspolitik mit der Diaspora. **E + Z Entwicklung und Zusammenarbeit**, ano 45, n. 10, p. 368 – 371, 2004.
21. NATIONS UNIES. Le monde comptera 2,5 milliards d'habitants de plus d'ici à 2050: le nombre des plus de 60 ans augmentera

- de plus d'un milliard, selon la meme étude de la Division de la population des Nations Unies. **Communiqué de presse**, 13 mar. 2007. Disponível em: [http://www.un.org/News/fr-press/docs/2007/POP\\_952.doc.htm](http://www.un.org/News/fr-press/docs/2007/POP_952.doc.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2008.
22. OECD. **Debt Relief is down: other ODA rises slightly**. 4 mar. 2008. Disponível em: <[http://www.oecd.org/document/8/0,3343,en\\_2649\\_201185\\_40381960\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/8/0,3343,en_2649_201185_40381960_1_1_1_1,00.html)>. Acesso em: 4 abr. 2008.
23. RATHA, Dilip. Workers' remittances: an important and stable source of external development finance. **Global Development Finance**, 2003. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTRGDF/Resources/GDF2003-Chapter7.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2007.
24. TULLY, Claus. Leben in mobilen Welten. **Aus Politik und Zeitgeschichte**, Bonn, n. 29/30, p. 33 – 38, 2007.
25. UNITED NATIONS. Trends in total migrant stock: the 2005 revision. **Economic and Social Affairs**, fev. 2006. Disponível em: < [http://www.un.org/esa/population/publications/migration/UN\\_Migrant\\_Stock\\_Documentation\\_2005.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/migration/UN_Migrant_Stock_Documentation_2005.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2007.
26. VEREINTE NATIONEN. **Bericht der Internationalen Konferenz über Entwicklungsfinanzierung**, Monterrey (Mexico), 18 – 22 Mar. 2002. Disponível em: < <http://www.un.org/depts/german/conf/ac198-11.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2007.



## Notas

<sup>1</sup> [www.usaid.gov](http://www.usaid.gov)

<sup>2</sup> [ec.europa.eu/europeaid/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/index_pt.htm)

<sup>3</sup> [www.jica.go.jp](http://www.jica.go.jp)

<sup>4</sup> [www.ausaid.gov.au](http://www.ausaid.gov.au)

<sup>5</sup> [www.abc.gov.br](http://www.abc.gov.br)

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> [www.un.org.millenniumgoals/](http://www.un.org.millenniumgoals/)

<sup>8</sup> Para a compreensão da expressão “tipo ideal” ver a obra de Max Weber *Economia e Sociedade*.

<sup>9</sup> Na Europa Ocidental o tema imigração ocupa de forma crescente os debates durante as eleições, particularmente eleições nacionais. Investigações do Centro de Pesquisa Políticas de Ciência Política de Sylvain Brouard e Vincent Tiberj procura em seu texto *“Les tensions autour de l’immigration dans l’opinion: crispation et polarization”* esclarecer como esse tema influenciou o voto dos franceses durante as eleições presidenciais de 2007. As eleições parlamentares na Suíça em 2007 também foram marcadas por intensos debates sobre a política migratória. O Partido Popular Suíço, que venceu essa eleição, se opõe claramente à imigração.

<sup>10</sup> [www.un.org/esa/population/migration/gmg/index.htm](http://www.un.org/esa/population/migration/gmg/index.htm)

<sup>11</sup> São membros do G8: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Rússia e Japão.

<sup>12</sup> <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Top10.pdf>

<sup>13</sup> <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Brazil.pdf>

<sup>14</sup> [www.iom.int](http://www.iom.int)

<sup>15</sup> Ver por exemplo: COM(2002) 703, COM(2006) 26, COM(2000) 757, COM(2002) 703, COM(2005) 621, COM(2005) 390, COM(2006) 409. Estes documentos estão disponíveis em: [eur-lex.europa/RECH\\_naturel.do](http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)

<sup>16</sup> <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil/imm/index.aspx?lang=pt>

<sup>17</sup> <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/3349341199807908806Top10.pdf>

<sup>18</sup> [www.iom.int](http://www.iom.int)

<sup>19</sup> <http://www.nrco.dole.gov.ph>